

PROJECTO: FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS NO CONE SUL – CEPIA

Argentina, setembro 2018
CLADEM¹

Entrevista com Susana Chiarotti Boero - advogada

1. Como você vê a relação entre a agenda feminista e a agenda dos partidos políticos na Argentina?

Durante décadas, a maioria dos partidos políticos considerou a agenda feminista como de pouca importância, como pertencente a um grupo minoritário de pouca relevância para seus objetivos eleitorais.

As mobilizações massivas ocorridas em todas as cidades argentinas nos últimos três anos abalaram o quadro político e os líderes tiveram que se pronunciar sobre questões impensáveis nos anos anteriores. Não era comum no passado ser perguntado em uma entrevista de rádio ou televisão sobre violência contra mulheres, feminicídios, assédio nas ruas, educação sexual nas escolas ou aborto. Muitos tiveram que consultar as mulheres de seus partidos e aprender termos como gênero, discriminação sexual ou direitos reprodutivos.

Alguns desses partidos não poderiam convocar um número tão grande de manifestantes, nem mesmo pagar, e essa força avassaladora nas ruas está mudando até mesmo sua estrutura, já que a maioria criou um Secretariado de Gênero, do qual são organizadas atividades relacionadas aos direitos das mulheres.

A alegação de paridade nas candidaturas foi outro elemento impulsionador da mudança, uma vez que significou uma mudança de paradigmas. O objetivo não era mais apoiar uma população desfavorecida a avançar, mas reconhecer que metade da população reivindicou o direito à igualdade na representação.

¹ O CLADEM é uma organização regional que articula pessoas e organizações feministas na América Latina e no Caribe. Do ponto de vista jurídico-político, procura contribuir para a transformação social e a construção de democracias radicais, numa perspectiva de intersectorialidade, que reconheça a diversidade cultural, étnico-racial, sexual e social, para o pleno exercício e gozo dos direitos humanos das mulheres.

No próximo ano, 2019, haverá eleições na Argentina. A partir das organizações de mulheres, propõe-se questionar aos candidatos para que se definam em relação aos direitos das mulheres, especialmente a autonomia física, e exigir coerência em suas ações políticas, uma vez eleitos. Isto é, para ser fiel às suas promessas eleitorais. A história dirá se avançamos.

2. Quais são os principais avanços e obstáculos da agenda feminista dos direitos sexuais e reprodutivos na Argentina?

Considero como um avanço importante a instalação, a um nível social, de um debate sobre os direitos reprodutivos em geral e sobre o aborto, em particular. Conseguir que a grande mídia dissemine pontos de vista feministas diariamente é algo que não teríamos sonhado décadas atrás. O aborto foi debatido em todos os níveis educacional, social e político.

Outro avanço foi o discursivo. Em nossa luta pelo aborto não contamos apenas com argumentos de solidariedade com as mulheres pobres que fazem abortos clandestinamente, ou por razões de saúde pública, como o número de mortes de mulheres de abortos inseguros, mas nós levantamos o direito à autonomia física, para tomar decisões sobre nossos corpos. Houve um salto qualitativo no discurso.

Entre os obstáculos, além de mesquinhez política de alguns legisladores que cedem à pressão dos grupos de poder durante o envio de seus famílias e amantes para abortar, tivemos de suportar o empoderamento dos grupos anti-direitos.

Setores que no debate parlamentar opinaram que os abortos poderiam ser evitados com uma boa educação sexual, agora têm diminuído ainda mais e argumentam que a educação sexual é prejudicial para as crianças, promove a promiscuidade e ameaça dividir famílias. Há apenas um mês após a votação no Senado, que jogou fora a possibilidade de descriminalização do aborto em nosso país, os grupos antidireitos estão chamando os pais de famílias, professores e autoridades para revogar a política pública de educação sexual; estão espancando jovens que usam o lenço verde amarrado em suas mochilas e até denunciam criminalmente médicos que realizam práticas de interrupção da gravidez permitidas por lei. Recentemente, na província de Mendoza, profissionais foram acusados de atender uma garota com deficiência que havia sido estuprada e engravidou como resultado do crime. A família da menina de 14 anos queria interromper a gravidez, que é autorizada por lei e viu o hospital invadido por grupos antidireitos que rezavam o terço nos corredores do hospital impedindo a passagem da maca. É um retrocesso de 10 anos, que combina, em um cenário muito complexo, com avanços muito grandes que diferem de acordo com o lugar do país onde você está.